

Estação Carandirú, de Drauzio Varella¹

Por Marcos Lanna
Departamento de Antropologia, UFPR

Este é um livro envolvente, sobre a experiência de dez anos de um oncologista, Drauzio Varella, paulistano do Brás, como médico voluntário entre os mais de sete mil homens confinados no complexo do Carandirú, o maior presídio da América Latina. Lançado no segundo semestre de 1999, recebeu grande divulgação e um Prêmio Jabuti. Vem desde então atingindo amplo e variado público. Esta resenha irá indicar algumas das qualidades gerais deste livro e ao mesmo tempo enfatizar sua importância específica para o antropólogo.

O autor tem uma prosa clara, fluente, cativante. Seu estilo conjuga leveza e humor a um sábio ceticismo e um profundo interesse pela natureza humana. Se não se trata de um mestre das letras, trata-se, a meu ver, de um mestre observador das relações sociais. Varella deixa claro, desde o início, não pretender intervir na realidade a não ser como médico. Ele não precisa de hermenêutica para saber ser-lhe impossível não influenciar o meio que o envolve. Mas ao apontar para este fato, o que sugere é que seu livro não pretende “denunciar um sistema penal antiquado” ou “apontar soluções para a criminalidade brasileira ou defender os direitos humanos de quem quer que seja”. O que realizou, então?

Mais do que de um retrato do Carandirú, estamos aqui diante de um penetrante estudo sobre o Homem que, como convém à boa antropologia, partiu da descrição de uma realidade social específica, descrição esta apoiada em uma convivência prolongada do escritor entre aqueles sobre os quais escreve. Militantes da antropologia puritana e politicamente correta, em voga nos Estados Unidos (sobre a qual, cf. Lanna 1999), gostam de supor co-autorias: neste caso, o livro seria de Varella e dos presidiários. Quanto a isto, eu preferiria parafrasear C. Lévi-Strauss: os personagens do livro comunicam-se conosco através de Varella. Em todo caso, é inegável que uma das contribuições da antropologia norte-americana deste final de século foi um entendimento mais aprofundado da observação participante como uma “via de mão dupla”: afinal, não apenas o observador participa da vida dos observados, como propunha B. Malinowski desde 1922, mas reconhece-se cada vez mais que isto não pode ocorrer sem que o observado participe da experiência de campo e assim da execução e do resultado do trabalho. Evidentemente, não estou aqui propondo que o livro de Varella permita uma superação do método malinowskiano em direção a qualquer novidade desconstrutivista. Seja qual for a corrente teórica à qual se filie, qualquer antropólogo hoje reconhece que sua disciplina se realiza em um encontro de subjetividades, algo que, convenhamos, já era

proposto por estruturalistas e mesmo proto-estruturalistas, como J.-J. Rousseau. Talvez nossa disciplina se reduza mesmo a este encontro. Mas voltemos ao livro.

Aparentemente de modo inconsciente, isto é, mesmo desconhecendo os cânones formais de nossa disciplina, Varella os segue informalmente. Tanto por realizar um verdadeiro (e longo) trabalho de campo, ao modo da antropologia inglesa moderna (seja de Malinowski, seja de Radcliffe-Brown, ou dos discípulos de ambos), como por refletir sobre ele (ao modo dos norte-americanos pós-modernos). Mas Varella não deixa ainda de refletir, ao modo dos franceses, sobre aquele encontro de subjetividades como via de acesso não a “verdades históricas”, mas a “raciocínios hipotéticos e condicionais próprios a esclarecer a natureza das coisas” (reproduzo aqui uma expressão de Rousseau cara a Lévi-Strauss). Varella revela-se plenamente ciente de que sua visão do Carandirú é apenas isto, uma visão, sem pretensões hiper realistas.

No entanto, devemos reconhecer que estamos diante de um retrato bastante complexo daquele presídio. Varella apresenta-nos sua morfologia: a divisão em pavilhões, cada qual povoado por um número e tipo diferente de preso. A triagem é feita no Pavilhão Dois, o mais tranqüilo, e segue “critérios não rígidos”. Raros universitários ficam no Quatro. O Seis tem posição central e aloja auditórios e outras salas da Administração, além de cerca de trezentos presos. O Sete é um pavilhão de trabalho, também tido como tranqüilo, mas a partir do qual ocorrem várias fugas. Reincidentes geralmente ficam no Oito, onde há mil e setecentas pessoas, e os primários no Nove, que chega a ter mais de dois mil presos. No Cinco, aquele em pior estado de conservação e que aloja mil e seiscentos homens, encontramos os evangélicos, mas também a “ralé” do presídio, na qual se incluem estupradores e devedores contumazes, segregados em uma parte especial do pavilhão, o “Amarelo” ou “Seguro”.

Se há uma ralé, há também uma chefia. Mas, como nas sociedades acéfalas descritas por E.E.Evans-Pritchard, esta não é uma ou centralizada. Ou ainda, como nas sociedades contra o Estado imaginadas por Pierre Clastres, há um elevado grau de autogestão: os presos são os responsáveis por todas as atividades cotidianas, excluindo-se aqui a cozinha, desativada em 1995 pela terceirização de “quentinhas”. Há inclusive presos hábeis na prática da medicina, enfermeiros e ajudantes que realizam com perfeição procedimentos difíceis como extirpação de tumores e que se interessavam pelas lições de medicina que tinham com Varella.

Ainda como nas sociedades primitivas, o papel social que mais se aproxima da noção de “chefe” é ocupado pelos redistribuidores de comida, pessoas que, além disto (ou por isto mesmo), retêm forte autoridade moral e conciliadora. Trata-se dos “faxinas”, responsáveis também pela limpeza. Escolhidos pelos próprios presos, cada Pavilhão tem seus faxinas. São vinte nos menos populosos (Quatro, Seis e Sete), cem ou até duzentos em outros (Cinco, Oito e Nove). Cada Pavilhão tem seu “encarregado geral” e os “sub encarregados”

dos faxinas. Um encarregado descreve sua rotina como semelhante à de um juiz, com duas únicas diferenças: tem o poder de sentenciar a morte e não volta para casa com motorista depois do expediente. Varella descreve estes homens como vítimas de estresse semelhante ao de executivos que estão do lado de fora.

Ainda quanto a esta esfera “política”, Varella narra o golpe do Diretor de Disciplina para derrubar o encarregado geral do Cinco, pois seus faxinas estavam quebrando regras tradicionais: cobrando proteção para estupradores e cobrando dívidas diretamente das visitas. O golpe só foi bem sucedido porque o diretor, ex-carcereiro, com toda uma vida no Carandirú, teve o apoio de centenas de presos. Varella não está preocupado em ver esta ou aquela equipe de faxina como mais ou menos legítima, mas mostra que Pirulão, o indivíduo que assumiu o controle, nesta ocasião, como encarregado geral do Cinco, era um alcagüete e em boa medida um “pelego” que enfrentou a oposição do encarregado do Oito. Varella mostra como “a faxina é a espinha dorsal da cadeia. Sem entender sua estrutura, impossível compreender o dia-a-dia”. Convinhamos, mostrar isto não é pouco.

Como se vê, Varella debruça-se sobre a relação entre os presidiários e a burocracia estatal, incluindo-se aqui especialmente a administração do Carandirú, mas há também menções à Polícia Militar, à administração de outros presídios para onde alguns são transferidos e aos poderes judiciário e executivo. Varella evidencia aspectos opressivos do poder da burocracia. Estas relações mostram que, tal como entre grupos “primitivos” ou “comunidades tradicionais” estudados por antropólogos, o isolamento de um presídio é apenas aparente ou relativo.

Através das histórias de vida, Varella recupera muito do cotidiano das pessoas antes e depois de seu encarceramento. Incluo aqui o planejamento de roubos, como os presos gastam seu dinheiro, a relação com amigos, família, etc. Por ter participado da vida do presídio por longos anos, Varella conviveu com presos que fugiram e foram recapturados ou retornaram para cumprir uma segunda ou terceira pena. Aborda também relações familiares ou ainda sua participação na festa de aniversário de setenta anos de um ex-detento. São inúmeros os relatos evidenciando que a ligação entre os presos e o “lado de lá” é dada, principalmente, pela burocracia estatal e pelos laços de família.

Para Varella, o maior “mistério” do Carandirú é o fato de a “autogestão” de mais de sete mil presos se subordinar a um pequeno número de funcionários. Cita uma cadeia sueca com sete funcionários para cada preso. No Carandirú, eu calcularia, com dados do livro, esta relação é, aparentemente, de cem presos por funcionário. O livro analisa tanto o cotidiano dos presos como o dos funcionários, assim como a relação entre estes grupos. Nota também quão tênue é a linha que divide os grupos dos presos e o dos funcionários, comentando casos de funcionários que “passaram para o lado de lá”. Varella reflete sobre suas próprias relações com cada um destes grupos: como por vezes foi usado e enganado, como foi — aos poucos, de modo semelhante ao

que ocorre com antropólogos — ganhando a confiança de ambos e fazendo muitas e sólidas amizades dos dois lados. Assim, um pouco ao modo da meta-antropologia norte-americana, Varella reflete sobre a especificidade das suas “condições de pesquisa”, isto é, de sua própria posição como observador, entendendo como privilegiada sua condição de médico.

O livro tem forte sotaque paulista, dada a condição de paulistanos de autor e presídio. Seria muito difícil para um antropólogo ter semelhante acesso à vida cotidiana de um presídio, mas o exemplo deste livro indica que, caso antropólogos fossem também personagens daquele cotidiano, poderiam dar importantes e originais contribuições. Ser médico, policial, advogado ou até mesmo preso, pode, mais do que auxiliar, ser uma condição da investigação e/ou da escrita.

Varella comenta que, além de fazer amigos, também aprendeu medicina no Carandirú, pois praticou uma “outra” medicina, semelhante à de antigamente, sem a ajuda de sofisticados exames. Reconhecendo que, afinal, outros tempos são outros costumes, Varella afirma que, como médico especialista em câncer, sentiu-se aquém da tarefa do generalista. Também aqui Varella viveu algo semelhante à viagem do antropólogo em direção a outras realidades, neste caso, ao passado. Mas, como no caso de Lévi-Strauss nos tristes trópicos, o sentido de sua viagem estava na volta. Neste caso, a volta não foi apenas à medicina contemporânea, que o autor pratica fora do Presídio, mas também a algo que seria, se não a essência da medicina, ao menos uma medicina menos marcada pelo caráter temporal: “com mais de vinte anos de clínica, foi no meio daqueles que a sociedade considera como escória que percebi com mais clareza o impacto da presença do médico no imaginário humano, um dos mistérios da minha profissão”.

Como explicita o elogio de Lévi-Strauss ao budismo no final de *Tristes Trópicos*, um dos sentidos das viagens é o fato de nos permitirem reconhecer a existência de mistérios. A experiência no Carandirú permitiu a Varella “perceber com mais clareza mistérios de sua profissão”, mas também permite a todos nós, que o acompanhamos nesta viagem, reconhecer a impossibilidade de desvendá-los completamente, reconhecê-los enfim, como o que são: mistérios.

Mas as viagens – sejam as dos antropólogos, sejam as de Varella – poderiam ter um sentido ainda maior. Além de vir a conhecer outra medicina, antiga, que não sabia estar dentro dele, Varella encontrou os que são tidos como “escória da sociedade”. Este é o cerne do livro, que, por isto, pode e deve inspirar futuros estudos antropológicos e comparativos (especialmente de outros presídios). Seria auspicioso vírmos futuramente a constatar que *O mundo do crime*, de José Ricardo Ramalho, infelizmente não citado por Varella, pode ter iniciado uma série de estudos antropológicos sobre o Carandirú.

Mas o mérito do livro de Varella é mostrar em que sentido este “outro” nos é semelhante. Ao mesmo tempo em que mostra as especificidades deste “outro”, mostra também em que sentido ele é um “mesmo”, um “eu”, nos permitindo decifrar continuidades e descontinuidades entre o Brasil da cadeia e aquele que fica fora dela.

Isso remete-me a um comentário que, em comunicação pessoal, ouvi do professor R. Menezes Bastos, da UFSC, a cerca da polêmica recente entre J. Pacheco Oliveira e E. Viveiros de Castro (cf. Oliveira, 1998 e Viveiros de Castro, 1999), a saber: se houvesse alguma razão para não acentuarmos o contraste entre índios e brasileiros em nossa região Nordeste, como faz Oliveira, ela se deveria menos ao fato de “sermos todos brasileiros” e muito mais “sermos todos índios”. Mas parece-me que o contraste entre “índios” e “brasileiros” não corresponde direta e imediatamente a uma suposta identidade (empiricamente concebida) entre uma “pessoa” ou “eu” (brasileiro) e um outro (índio), mas de certo modo, este contraste está presente em cada um de nós. Neste sentido, o livro de Varella é, a meu ver, leitura importante para antropólogos brasileiros, porque se a identificação é o momento central da prática antropológica, é impossível não nos identificarmos com seus personagens, sentirmo-nos um pouco como os presos-amigos-pacientes de Varella.

Isto não é tudo. Não posso deixar de notar mais algumas qualidades do livro e, com base nelas, fazer uma provocação: a meu ver, livros como este tem potencial para inspirar uma – a meu ver, necessária — reinvenção da antropologia urbana brasileira. Talvez porque, sem ser exatamente um livro de antropologia, por seu formato e concepção, não deixa de estar próximo de etnografias clássicas, e como afirmei acima, sugere haver compatibilidade entre trabalho de campo clássico e preocupações auto-reflexivas sobre o significado deste trabalho.

Estão implícitas em todo o desenrolar do livro questões como as seguintes (eu cito): “em que o código de ética dos presídios se modifica através das décadas”, ou, de modo mais profundo e justificando esta primeira questão, “o que haveria de inerentemente humano nesta ética dos presídios”? Ou ainda, o que significa ser “um ladrão de respeito” ou “uma pessoa do crime” (categorias que nós antropólogos classificaríamos como nativas)? Outras questões, talvez ainda mais difíceis, também estão presentes, de modo mais ou menos explícito. Assim, “qual o valor de uma vida?”, ou, “quais as condições – sejam as psicológicas ou individuais, sejam as sociais — que determinam que a vida de um homem possa ser tirada por outro homem?”, ou “que uma vida tirada possa ser vingada por outro homem?”. Segundo vários casos narrados, geralmente o vingador é um parente próximo, um consangüíneo, pai, irmão ou filho da vítima.

Como faria um bom etnógrafo, Varella é cauteloso e paciente; busca respostas, sem arrogar tê-las obtido – embora, ao meu ver, tenha chegado mais próximo delas do que muitos de nós. Mistura métodos de pesquisa diversos, indo muito além das entrevistas, verdadeira camisa-de-força de uma certa antropologia urbana brasileira. Domina as “histórias de vida”, mas vai além delas, que são para ele ponto de partida para o relato de casos nelsonrodrigeanos. Ao reconhecer que o sentido destes dramas está mais no próprio relato do que em uma análise pretenciosa, da qual se abstém, o autor leva-me a observar que a noção de drama de Victor Turner não pode ser tomada por nós como termo

técnico. R. Da Matta já comentou que um drama qualquer vivenciado pelo antropólogo no campo pode ser “porta de entrada” para uma etnografia. Neste sentido, o “drama” vivenciado e descrito por C. Geertz (1973) — ser perseguido pela polícia Indonésia com outros participantes de uma briga de galos — representou para ele uma aproximação com a realidade balinesa. Mas alguns antropólogos podem ir além e, mais do que analisar o drama em si, captar seus aspectos mais profundos. Relatos etnográficos diferem entre si pela capacidade de um autor para aprofundar dramas cotidianos em toda sua extensão — por que não dizer? — humana, identificando-se com seus atores.

Seja lá como for, os inúmeros dramas narrados por Varella são peças centrais do livro. Através destes dramas, das histórias de vida e dos relatos de presos (especialmente dos mais antigos, mas não apenas), Varella faz indicações preciosas sobre a história do Carandirú; por exemplo, a passagem da maconha à cocaína e desta ao crack. Ao fazê-lo, está ciente de que questões como estas também tocam a realidade de “fora” do presídio; isto é, há movimentos de mútua influência. Outro exemplo desta mútua influência é o da linguagem (gíria inclusive) dos presos. Varella nota que a linguagem do presídio sem dúvida vai às ruas. Não é dos méritos menores do livro enfatizar a linguagem “da malandragem”, a fala dos presos. Há indicações de como, em boa medida, é através das palavras e silêncios que se constitui aquilo de que se faz o malandro. Indico ao leitor considerações que fiz, a partir do “triângulo ritual” de Da Matta, a respeito da posição central do “malandro” na sociedade brasileira; eu não pensava em presidiários, mas em outros heróis malandros, muitas vezes políticos e empresários que, apesar de suas muitas dívidas, não estão por trás das grades (cf. Lanna 1995).

Por tudo que foi dito, nota-se que, enquanto etnografia de um presídio, *Estação Carandirú* é bastante completa. Indiquei alguns aspectos morfológicos da análise dos pavilhões. Há outros tratados no livro. Por exemplo, cada pavilhão tem seu time de futebol; há campeonatos intra e inter-pavilhões, assim como seleções de cada pavilhão e a seleção do presídio. Isto sugere a possibilidade de análises das relações entre os times de futebol como semelhantes, em mais de um sentido, àquelas entre alguns clãs primitivos, o que já se tentou fazer para a sociedade brasileira, de modo mais geral (cf. Lanna 1995 e Machado, no prelo). Se há uma “estrutura” política interna (evidentemente, o termo “estrutura” vai aqui em seu sentido pré lévistraussiano) ao presídio, ela se gesta em assimetrias e subdivisões superpostas: a dos pavilhões, as do futebol, das posições econômicas de indivíduos dentro e fora do presídio, no bairro de origem, em grupos, facções ou quadrilhas rivais, entre outras que nos descreve Varella. O conhecimento mais aprofundado desta “estrutura” depende também da análise futura de outras rivalidades, como aquela entre faxinas e PMs, apontada por Varella como importante no desenrolar da chacina de 111 presos em 1992.

Varella considera ainda a economia. Aliás, a economia dos presídios é um assunto sobre o qual antropólogos e sociólogos especialistas da área ainda

não puderam se debruçar mais detidamente (Sérgio Adorno, comunicação pessoal). Varella não chega a aprofundar o tema, mas descreve algo da produção, seja a legal (a costura, encomendada por indústrias, de bolas de futebol, ou a confecção de miniaturas), seja a ilegal (como a do destilado maria-louca, “tão antigo como o presídio”). Atenção também é dada às trocas, tema clássico da antropologia, incluindo-se aqui o pagamento por serviços como a medicina informal. Varella faz o caminho de alguns objetos – novamente, tanto alguns que circulam legal como outros que circulam ilegalmente, da lata de goiabada às drogas. Alguns chegam com as visitas, outros são “botados para dentro” por funcionários. Como faria um funcionalista malinowskiano, Varella contextualiza bem os objetos e as trocas na realidade mais ampla do presídio, ao mesmo tempo em que nos fornece detalhes, como o preço de um litro de conhaque Dreher em determinadas transações.

Sobre as trocas, Varella examina com perspicácia a frequência da poligamia entre presos e funcionários, assim como a moral que rege as visitas e as relações dos presos com homossexuais e travestis, estes últimos tidos como “as mulheres de cadeia” (mulher aqui no duplo sentido de pessoa do sexo feminino e esposa). Varella comenta casos de mulheres que se recusam a “abandonar homem meu na cadeia”, e também como alguns homens, mesmo após terem sido presos, tiram mulheres de outros, que estão soltos — isto é, as mulheres também circulam para dentro do presídio.

Há quem, ao ser libertado, mate quem tomou suas mulheres: há “covardes” que aproveitam o fato de o “legítimo homem” estar preso. Estes são assim punidos por interromperem a circulação de mulheres para dentro do presídio. Quanto a isto, é notável este depoimento de um preso: “Quando sair da cadeia, vou matar o Mato Grosso; ela não, porque o errado é ele, que me conhece e sabe que a mulher é minha; não tem nada que cantar ela e levar embora. É eu que ele está tirando, não ela”. A questão (moral) aqui parece ser: Mato Grosso deve ser condenado por transformar a circulação de mulheres em circulação de homens. É importante notar ainda que o malandro citado acima, antes de ser preso, não se importava com o fato de “sua mulher” se prostituir: “A única coisa que eu falava era: só não dá para amigo meu, que eu te quebro o pescoço”.

Ainda sobre a circulação de mulheres, Varella narra casos em que a rivalidade entre malandro e PM se reproduz na relação de ambos com as mulheres. Em alguns casos, a mulher deixa o malandro pelo polícia, chegando a entregar o primeiro. Em outros, dá-se o contrário, como naquele em que o malandro foi preso após matar um PM. O motivo: o PM ter namorado a mulher com quem o malandro vivia, namoro este que ocorrera antes de o malandro conhecê-la. Aparentemente, a importância destes casos, narrados entre os presos, sugere pertencerem também à esfera dos mitos.

Como se vê, não escapa de Varella realidades intangíveis, e de modo especial, aquilo que Marcel Mauss denominava “princípios de moral e de direito”, entendidos como realidades coetâneas. Mencionei acima a linguagem;

um dos pontos altos do livro é a reprodução da fala dos presos (cf. os comentários de Viveiros de Castro, 1999 a respeito do modo como a reprodução da fala tem sido um ponto problemático na antropologia urbana brasileira). Entre outras tantas realidades consideradas, menciono as religiões — evangélicas, afro-brasileiras, católicas —, sobre as quais não há espaço aqui para mais comentários. Em resumo, a obra descreve o presídio do Carandirú como um microcosmo (muito particular, é verdade) da sociedade mais ampla.

Finalmente, ao elogio que faço a Varella devo justapor, no mesmo espírito, um lamento, que muitos considerarão ingênuo: não seria este livro a prova de que muitos outros estudos como este seriam necessários, preferivelmente encomendados a antropólogos profissionais, caso quisessem, Governos e empresários, intervir em assuntos como direitos humanos, segurança, violência nas diversas regiões do país? Como demonstrou recente experiência de Luis Eduardo Soares no Rio de Janeiro, não teria a antropologia muito a fazer e a dizer aos nossos Poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, assim como empresarial? Parece-me que as questões relativas a estes temas têm sido tratadas em um nível excessivamente generalizante, tanto pela mídia como por políticos dos mais variados naipes, espécies e calibres. O entendimento destas questões certamente se enriqueceria com uma perspectiva mais etnográfica e antropológica.

Referências bibliográficas

- GEERTZ, C. *The interpretation of cultures*. Nova Iorque: Basic Books, 1973.
- LANNA, M. *A dívida divina*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1995.
- LANNA, M. Sobre a comunicação entre diferentes antropologias. *Revista de Antropologia*, v. 42, n.1 e 2, p. 239-269, USP, S. Paulo, 1999.
- MACHADO, I.R. (no prelo) “Futebol, clãs e nação”, a sair em *DADOS/Revista de Ciências Sociais*, IUPERJ, Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA, J.P. Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, Territorialização e fluxos culturais. *Mana*, v. 4, n. 1, p. 47-77, Rio de Janeiro, 1998.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. Etnologia brasileira. In S. MICELI, S. (org.) *O que ler na ciência social brasileira*. v. 1. S. Paulo: Ed.Sumaré/CAPES/ANPOCS, 1999.

Notas

¹ VARELLA, Drauzio. *Estação Carandirú*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.